



"Quão Díficil Nos Temos  
Movido"

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS  
COMUNICADO NACIONAL 22/09**

**27 de Agosto de 2009**



Estatuto de participação e consulta junto do  
Conselho da Europa e reconhecida junto do  
Parlamento Europeu, OSCE e das  
Assembleias Parlamentares da NATO e da  
UEO.



**Governo persiste no  
Incumprimento da lei até ao fim!**



Ao longo de toda a legislatura o Governo não cumpriu e/ou não obrigou a cumprir dezenas de diplomas legais, em especial a lei 3/2001, de 29 de Agosto, pela especial importância na participação democrática dos representantes socioprofissionais dos militares.

A ANS alerta toda a Família Militar para o facto de o Governo só ter conseguido prosseguir esta linha de rumo lesiva da Condição Militar graças ao chamado Pacto de Regime que se estabeleceu há muitos anos entre os partidos do *centrão*, PS, PSD e CDS-PP, sobre matéria de Defesa Nacional, que passa pela transformação inconstitucional das Forças Armadas.

Recentemente o Governo afastou as associações profissionais de militares (APM) da concepção e elaboração do futuro Sistema Remuneratório dos Militares das Forças Armadas, perdendo uma oportunidade de ouro de resolver de forma justa e digna uma questão sensível e de grande importância para toda a família Militar.

O Ministro da Defesa Nacional recusou mesmo um pedido de audiência conjunta às 4 APM existentes: ASMIR, ANS, AOFA e APA, que foi solicitada com carácter de urgência, de modo às APM poderem, em tempo útil, sensibilizar o responsável pela tutela dos problemas inerentes ao projecto aprovado na generalidade em Conselho de Ministros, evitando exportar para o futuro problemas expurgáveis no presente, e salvaguardando a Dignidade dos Militares das Forças Armadas nas situações do activo, reserva e reforma.

De fonte segura sabemos que o Ministro da Defesa Nacional se irá reunir com os Chefes de Estado-Maior sobre a aplicação do diploma, entretanto aprovado em Conselho de Ministros – curiosamente na tarde do mesmo dia em que, pelas 12h00, terminou o prazo para as APM entregarem os seus Pareceres.

Sobre esta matéria as APM têm-se pronunciado publicamente, demonstrando o seu descontentamento e indignação pela forma como a Instituição Militar tem sido humilhada, e no sentido de lhes serem facultados todos os documentos inerentes, nomeadamente o projecto sobre os Suplementos Remuneratórios, para terem a cabal percepção do impacto total destas medidas na vida da Família Militar.

De notar que mais uma vez o Governo está a legislar sobre matérias potencialmente fracturantes e delicadas no fim da legislatura, e sem que se conheçam quaisquer estudos prospectivos de impacto: como vem sendo hábito governa-se à vista, sem planeamento, num rumo que só pode levar à degradação e à liquidação destas Forças Armadas.

A ANS apela a toda a família Militar que se mantenha atenta e disponível para as acções que as APM decidem vir brevemente a realizar no sentido de ser reposta a Legalidade Democrática.

**Mantenhamo-nos Atentos, Disponíveis, Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra!**

A Direcção

Lisboa, 27 de Agosto de 2009